




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


Relatório da Pesquisa da Proveniência
Relação do Rio de Janeiro (1833-1890)

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	3
1.1 Duração da Pesquisa	3
1.2 Equipe de Pesquisa.....	4
1.3 Grupo de Trabalho.....	4
1.4 Resultados alcançados.....	4
2. RESUMO.....	6
3. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	7
4. MINI-TEXTOS.....	19
5. COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL.....	21
5.1 Quantidade de processos por ano.....	21
5.2 Proveniência.....	22
5.3 Tipo documental.....	25
5.4 Processos consultados.....	27
ANEXOS.....	41
ANEXO I – Legislação sobre as Freguesias	
ANEXO II – Legislação sobre as substituições dos Juízes de Direito	
ANEXO III – Classificação das Comarcas	
ANEXO IV – Delegacias de Polícia	
ANEXO V – Distritos Criminais	

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do Projeto de Pesquisa da Proveniência do acervo documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi efetuada pelo Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes, da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/ SEGAP).


A pesquisa possui como corte temporal o período de 1833 a 1890, ou seja, o período que retorno do tribunal a condição de relação provincial até a proclamação da república e a instituição do Distrito Federal.

O levantamento da pesquisa foi realizado nas seguintes instituições: Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A montagem das estruturas organizacionais foi elaborada através da Coleção de Leis do Brasil, entre o período de 1833 e 1890. Visando complementar a realização do trabalho, foi organizado um compêndio com toda a legislação pertinente ao fundo documental estudado.

O relatório a seguir está disposto da seguinte forma: no primeiro item consta a apresentação do trabalho, o tempo de duração do mesmo, bem como os resultados alcançados e as informações sobre a equipe e o grupo de trabalho; no segundo item, apresentamos as estruturas organizacionais e as informações pertinentes à distribuição dos processos; no terceiro item, os mini-textos de cada serventia e no quarto item, o relatório de análise dos processos do fundo pesquisado.

1.1 DURAÇÃO DA PESQUISA

O período a que se refere à coleta dos dados, elaboração das estruturas e mini textos, análise dos processos até a apresentação final dos resultados da pesquisa, conforme os Planos de Ação compreendeu o período 05 de setembro de 2011 a 29 de maio de 2012.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO			
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012

RESGATAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FONTE GERADORA DO ACERVO DOCUMENTAL DO PJERJ – RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO				
Unidade	Tipo de atividade	Realização		
		Período*	Dias trabalhados	Total de Homem/ Dia (HD)
Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes	Pesquisa da Proveniência	05/09/2011 a 29/05/2012	100	2HD

* No período de 05/09/2011 a 29/05/2012, o referido trabalho foi realizado por uma pessoa, com a carga horária de oito horas diárias, sendo supervisionado pela Chefe de Serviço, com a carga horária média de uma hora diária.

1.2 EQUIPE DE PESQUISA (EPP)


A pesquisa para a elaboração da Proveniência do fundo documental Relação do Rio de Janeiro foi supervisionada pela Chefe de Serviço do SEGAP Rosângela de Jesus Gomes e realizada pela pesquisadora Isabele de Matos Pereira de Mello.

1.3 GRUPO DE TRABALHO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA


O Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (GTPP), é composto por Marcus Vinicius Domingues Gomes (DGCON/ GBCON), Gilberto de Souza Cardoso (DGCON/ DIGED), Maria Rosa Torres Susana (DGCON/ SEGIA), Rosangela de Jesus Gomes (DGCON/ SEGAP) e Argemiro Eloy Gurgel (DGCON/ DEGEM). O Grupo de Trabalho foi formalizado pela Portaria DGCON Nº02/2006, em 30 de março de 2006.

1.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Conclusão da proveniência do fundo documental “Relação do Rio de Janeiro (1833-1890)”.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

- Levantamento preliminar do histórico das vilas e comarcas da cidade do Rio de Janeiro.
- Identificação no arquivo intermediário de processos provenientes do fundo documental “Relação do Rio de Janeiro (1833-1850)” e sua devida transferência para o acervo permanente da instituição.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012


2. RESUMO

A partir de 1833, a Casa da Suplicação do Brasil retornar efetivamente a condição de relação provincial, com a denominação de Relação do Rio de Janeiro, também popularmente chamada de Relação da Corte. Esse tribunal foi composto até 1873 por quatorze desembargadores, e depois até 1890 por um total de dezassete desembargadores. Dentre estes desembargadores um dos mais antigos seria designado para exercer as funções de presidente.

Ao longo dos cinquenta e sete anos de funcionamento do tribunal da Relação do Rio de Janeiro podemos identificar a criação de várias comarcas do Estado do Rio de Janeiro. A estrutura organizacional desse fundo sofreu muitas alterações, chegando em alguns momentos a extinção das varas cíveis e em outro a extinção das varas criminais, ficando assim a justiça a cargo dos juízes municipais. Os juízes municipais eram responsáveis pela preparação dos processos para julgamento dos juízes de direito e pela execução das sentenças criminais e das diligências dos juízes comerciais.

Em 1871, foram criadas as varas de órfãos. Até então havia apenas um juiz de órfãos na cidade do Rio de Janeiro, cujas origens do ofício remontam o século XVII, quando o ofício era dado a título de propriedade. A partir de 1827 é vedada e concessão de títulos de propriedade de ofícios de Justiça e Fazenda, mas apenas em 1881 é que se estabelece o provimento dos ofícios por concurso, através do qual seria concedida a serventia vitalícia.

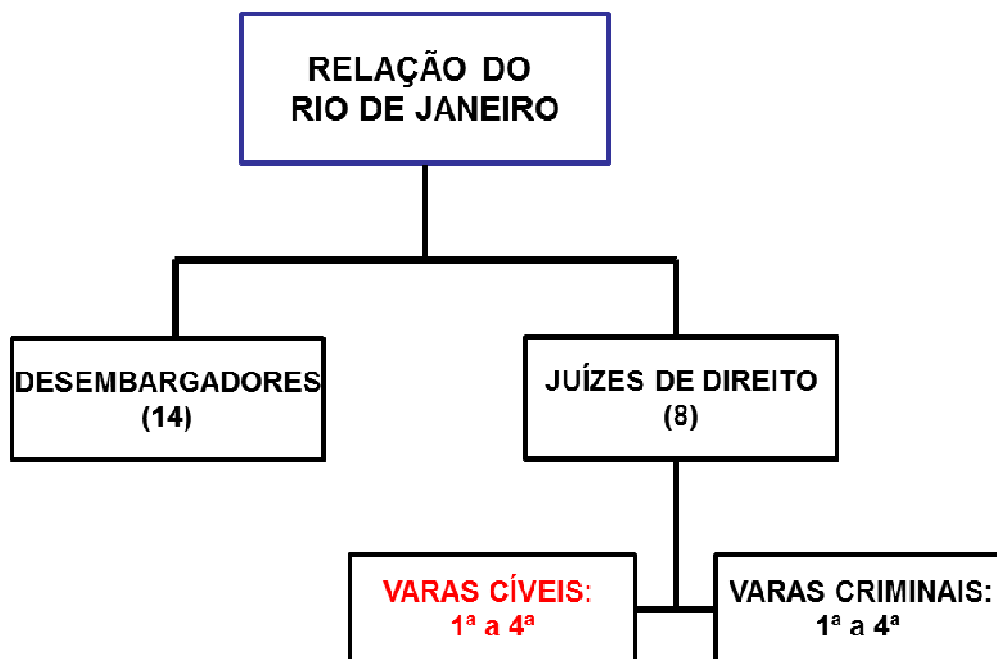
Considerando total o acervo já cadastrado pelo SEGAP, entre 2008-2011, os processos desse fundo documental representam cerca de 17% do acervo cadastrado. Como parte integrante do acervo desse fundo documental já contabilizamos um total de 1.938 processos no período de 1833 a 1850, que se encontram devidamente organizados por maço. Também pertencem a este fundo documental os 1.275 processos de escravos que estão organizados por maço, mas aguardam a implementação do novo sistema para serem cadastrados.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

3. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto-lei nº 7, de 02 de Setembro de 1839
 Criando no Município da Corte mais um lugar de Juiz de Direito do Cível.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

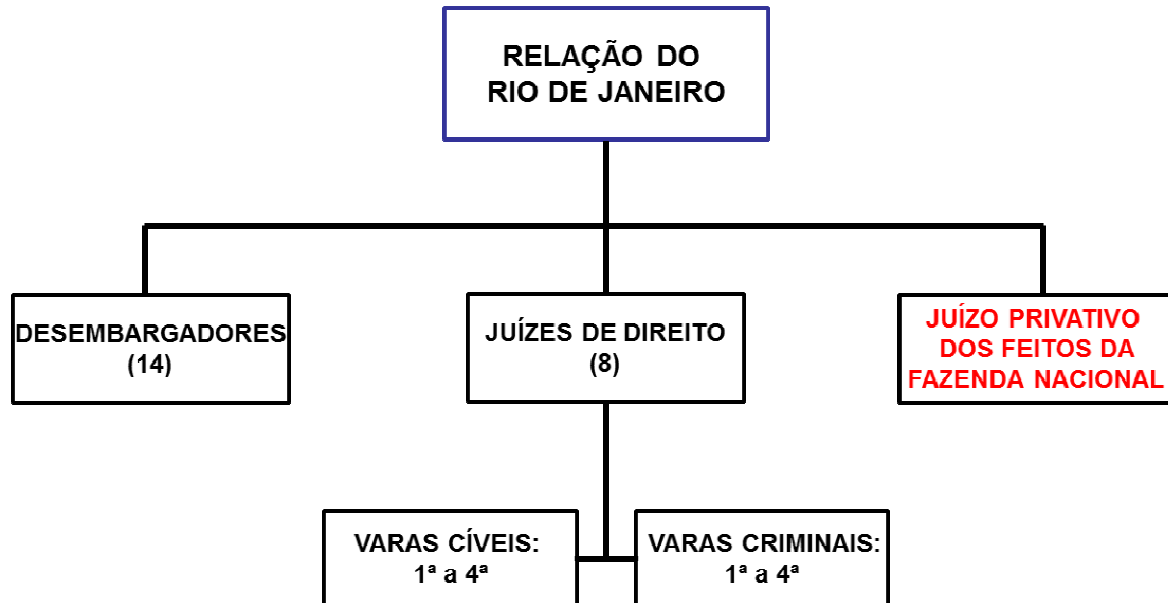
Emissão:

Junho/ 2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto-lei nº 242, de 29 de Novembro de 1841.

Restabelece o privilégio do foro para as causas da Fazenda Nacional e cria um Juízo Privativo dos Feitos da Fazenda da primeira instância.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

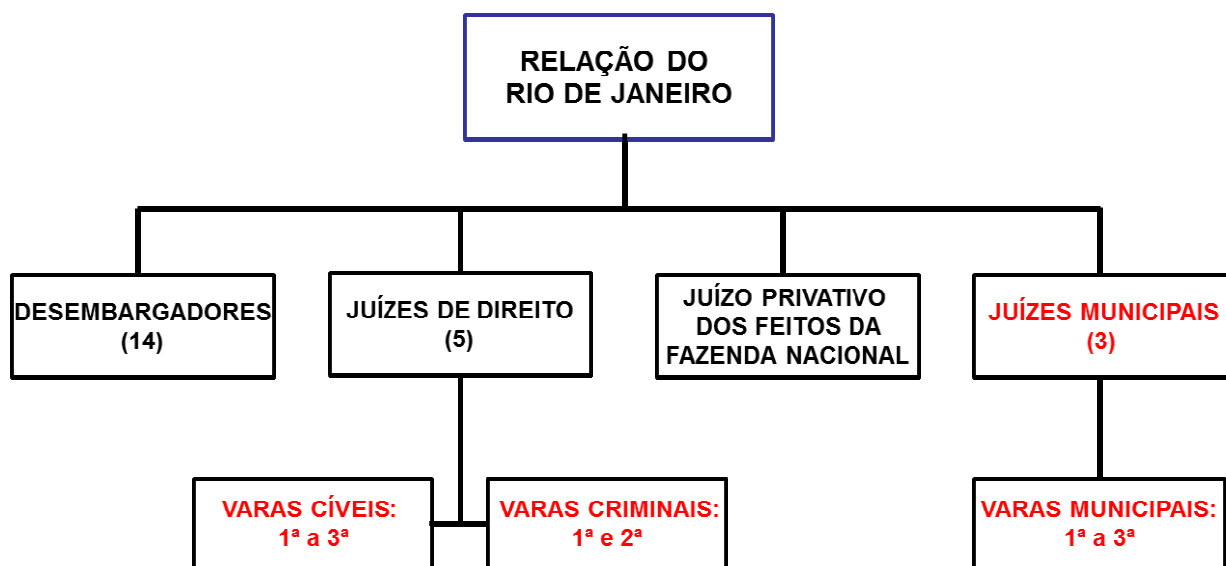
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto-lei nº 128, de 12 de Fevereiro de 1842.

Reduz a três as quatro Varas do Cível nesta Corte e dá outras providências acerca dos respectivos escrivães.

Decreto-lei nº 143, de 15 de Março de 1842.

Regula a execução civil da Lei nº 261, de 03 de Dezembro de 1841.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto-lei nº 1.597, de 1 de Maio de 1855.

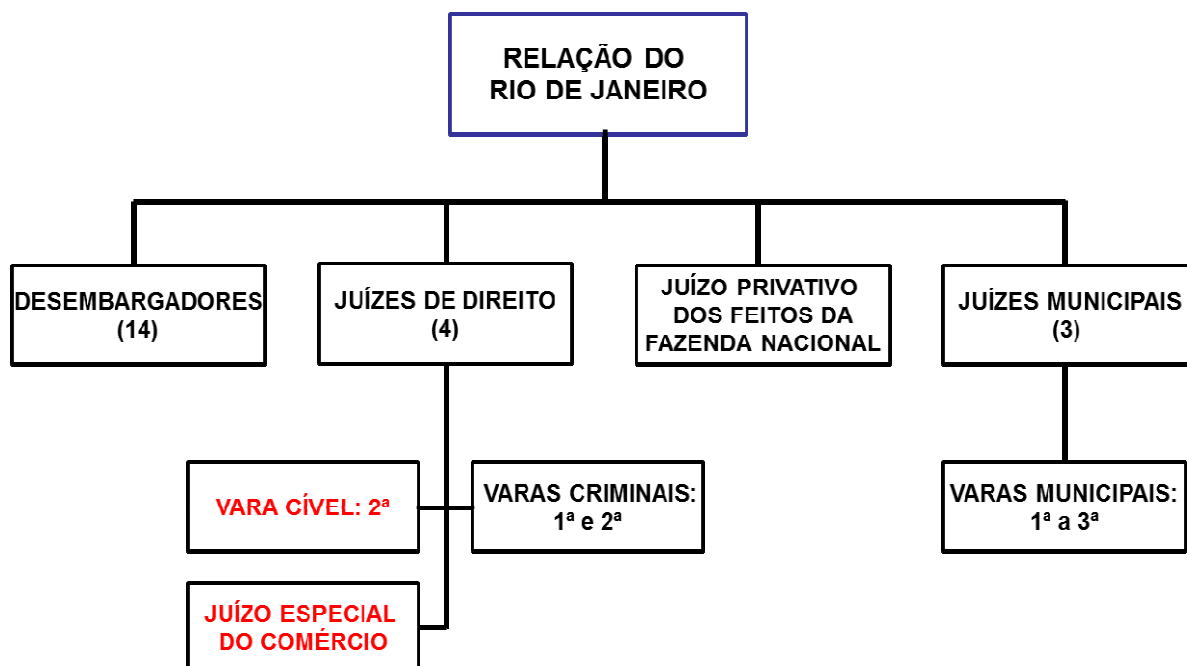
Dá regulamento para os Tribunais do Comércio.

Decreto-lei nº 1.608, de 19 de Maio de 1855.

Extingue o lugar de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Município da Corte.

Decreto-lei nº 1.641, de 22 de Setembro de 1855.

Extingue o lugar de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Município da Corte.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

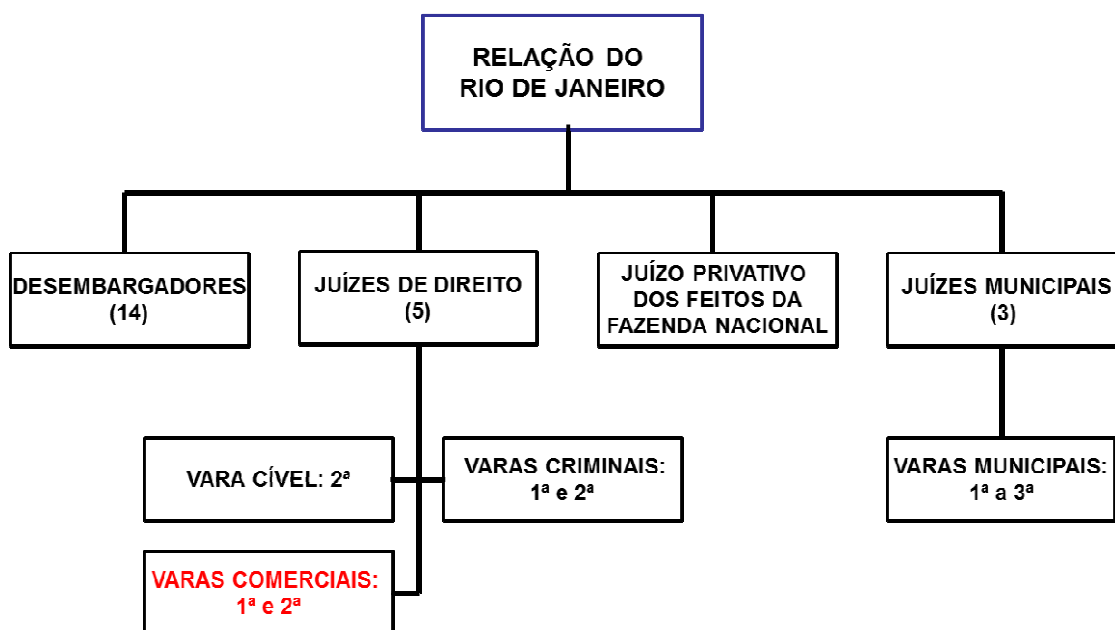
Emissão:

Junho/ 2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto-lei nº 1.910, de 28 de Março de 1857.

Estabelece na Capital do Império dois Juizes Especiais do Comércio.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

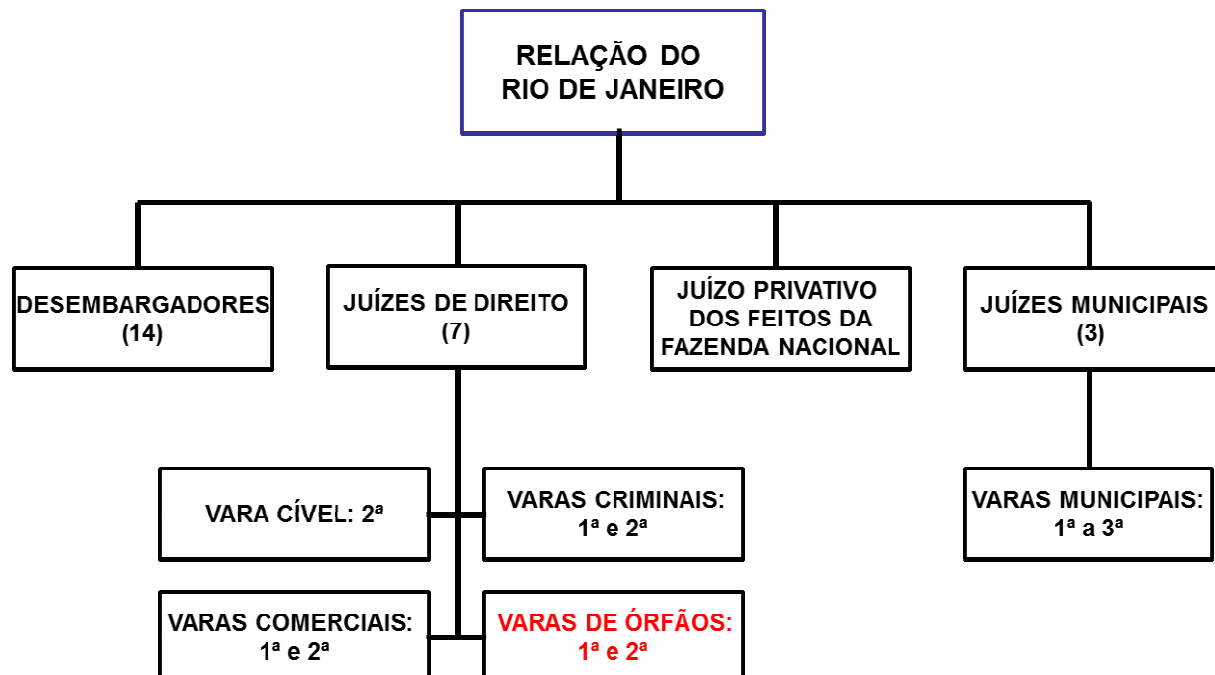
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto-lei nº 2.033, de 20 de Novembro de 1871.

Altera diferentes disposições da legislação judiciária.

Decreto-lei nº 4.824, de 22 de Novembro de 1871.

Regula a execução da Lei nº 2.033 de 20/09/1871, que alterou diferentes disposições da legislação judiciária.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

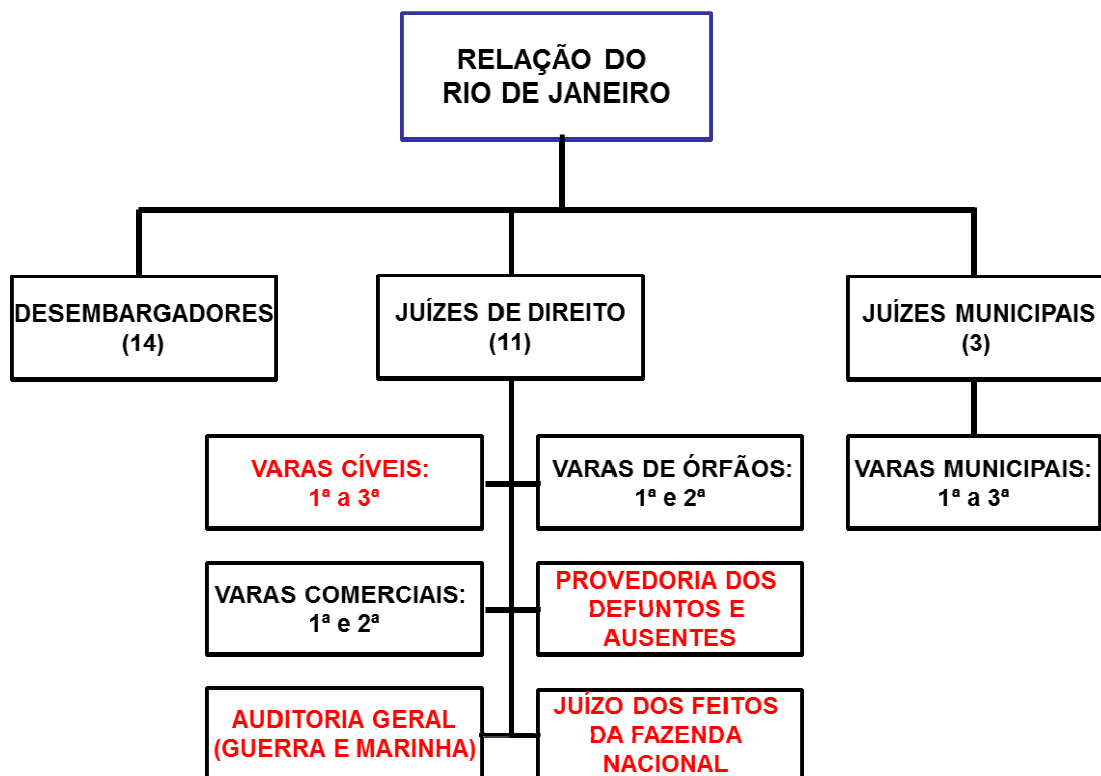
Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:
Junho/ 2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto nº 4.825, de 22 de Novembro de 1871.
Fixa o número dos Juizes de Direito na Corte e nas capitais das Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão; e o dos respectivos Juizes substitutos.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

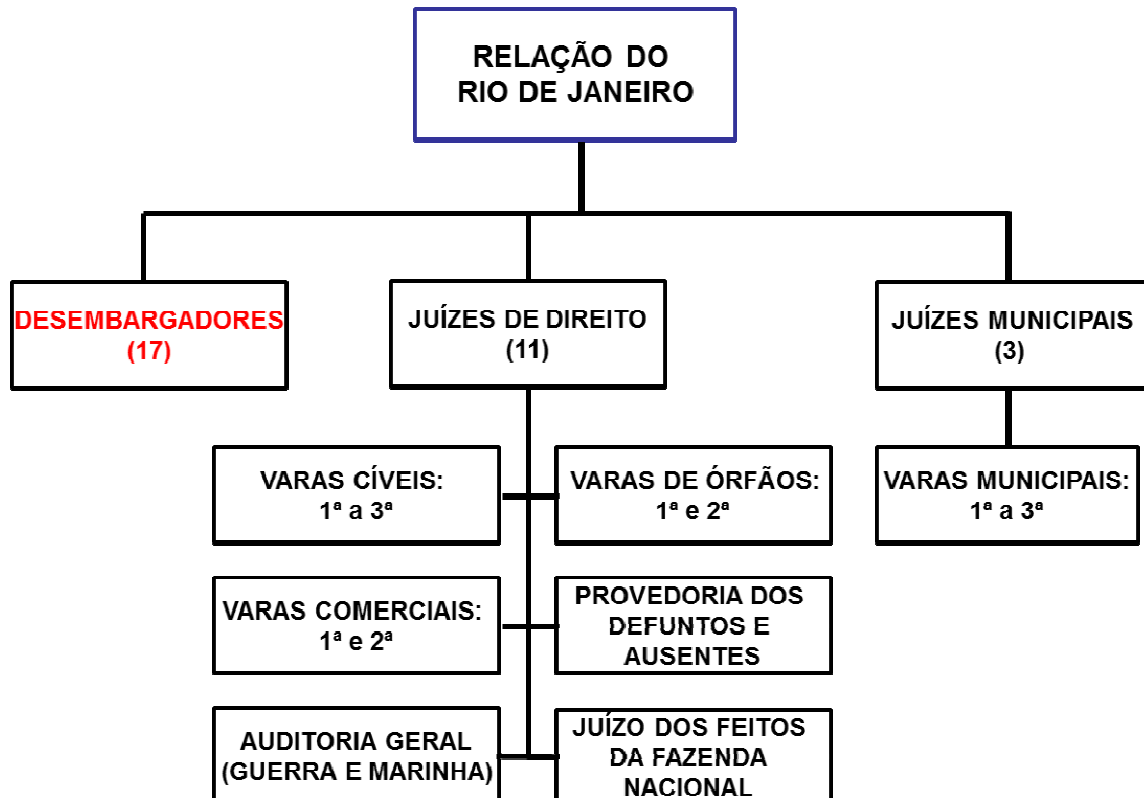
Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:
Junho/ 2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

Decreto nº 2.342, de 06 de Agosto de 1873.
Cria mais sete Relações no Império e dá outras providências.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

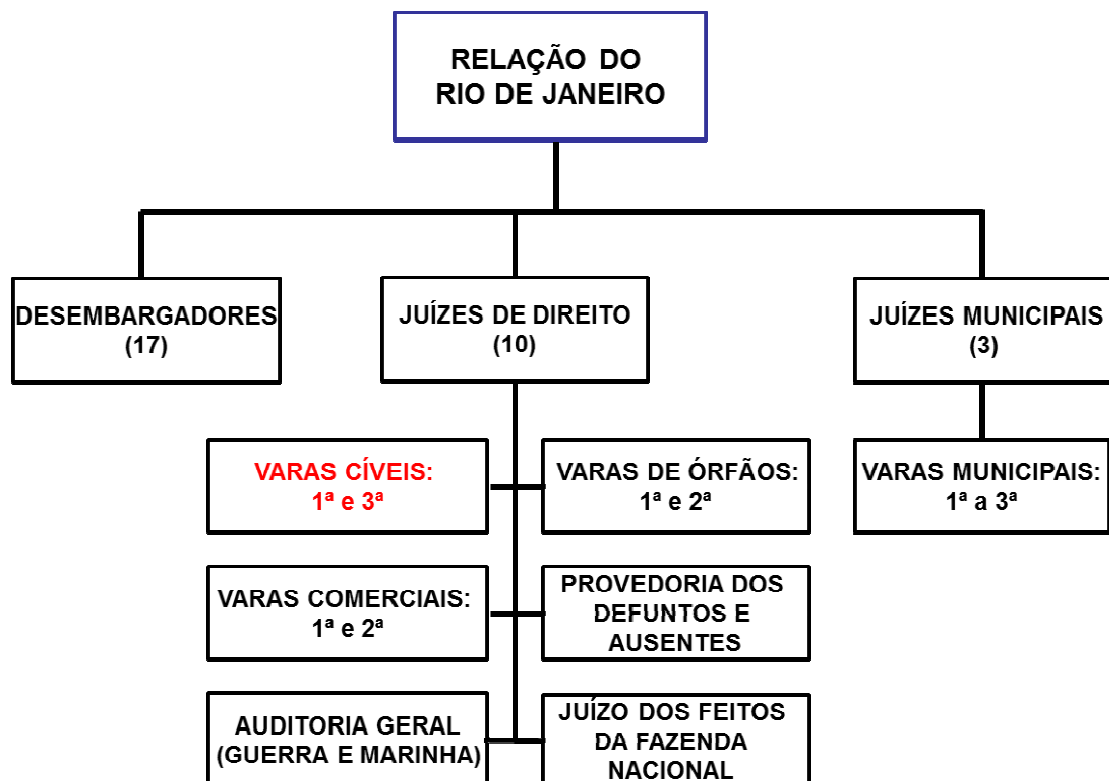
Emissão:


Junho/ 2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)

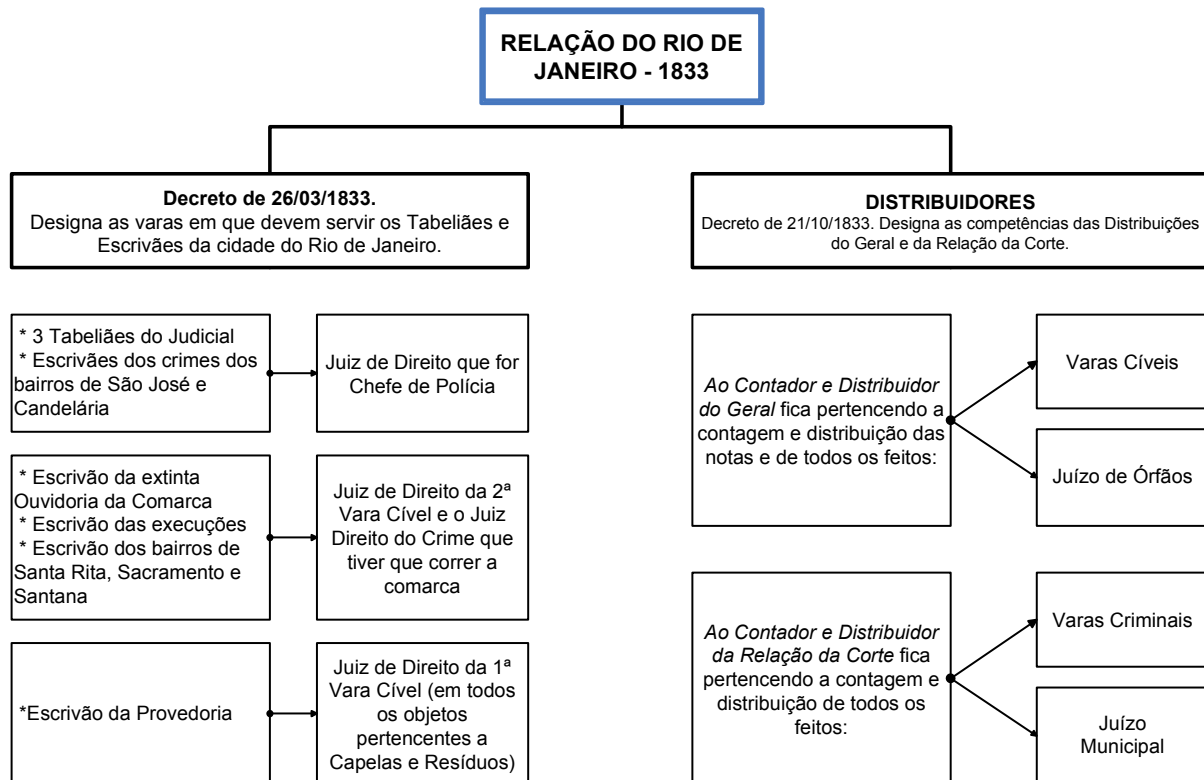
Decreto nº 7.795, de 18 de Agosto de 1880.

Extingue a 2ª Vara Cível da Corte e providência sobre as respectivas funções.



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (RELAÇÃO DA CORTE)





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

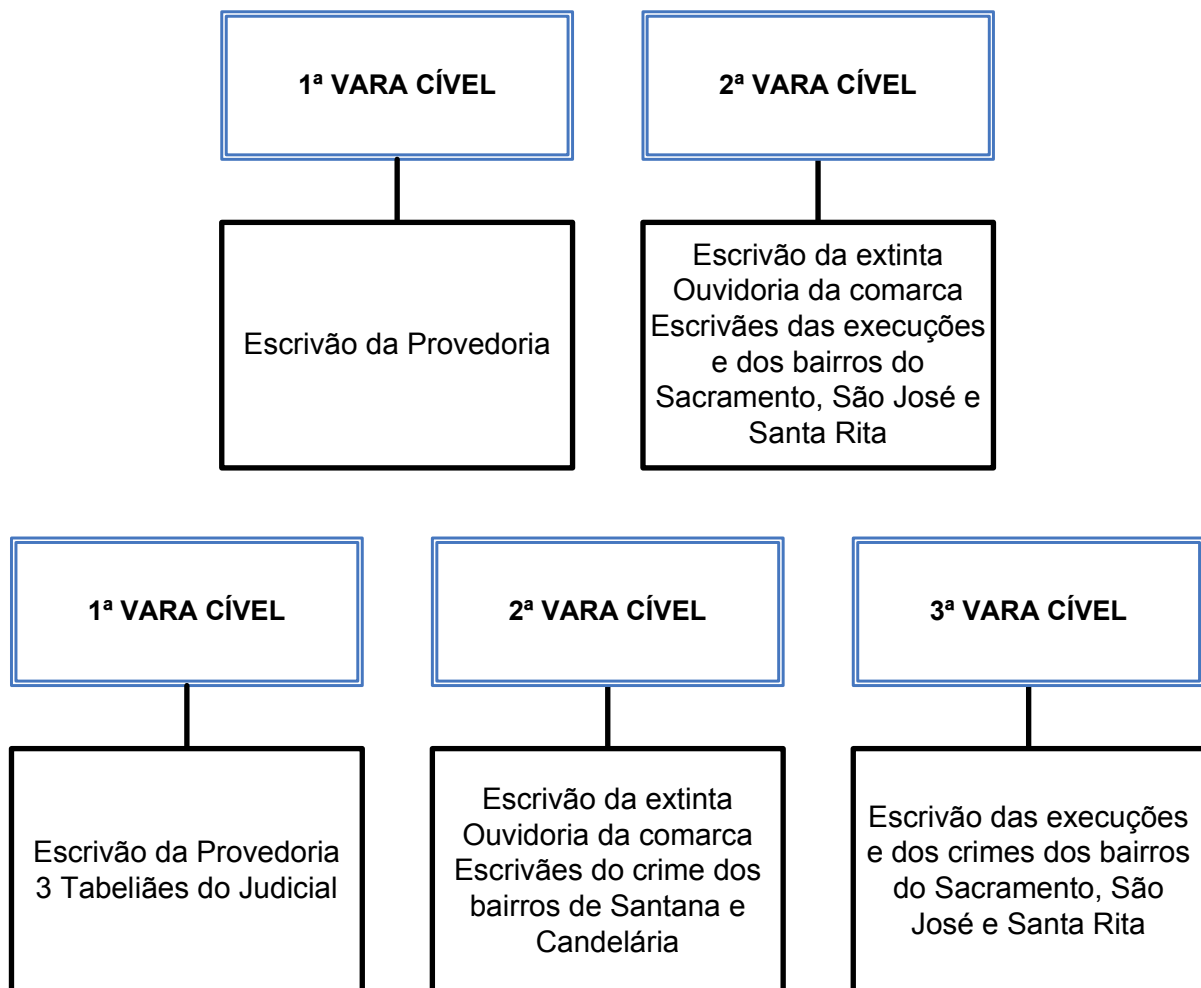
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (RELAÇÃO DA CORTE)

VARAS CÍVEIS

Decreto de 26/03/1833. Designa as varas em que devem servir os Tabeliães e Escrivães da cidade do RJ.

Decreto de 20/06/1833. Cria mais um Juiz do Cível nesta Corte.

Decreto de 20/08/1833. Altera o Decreto de 26/03/1833.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

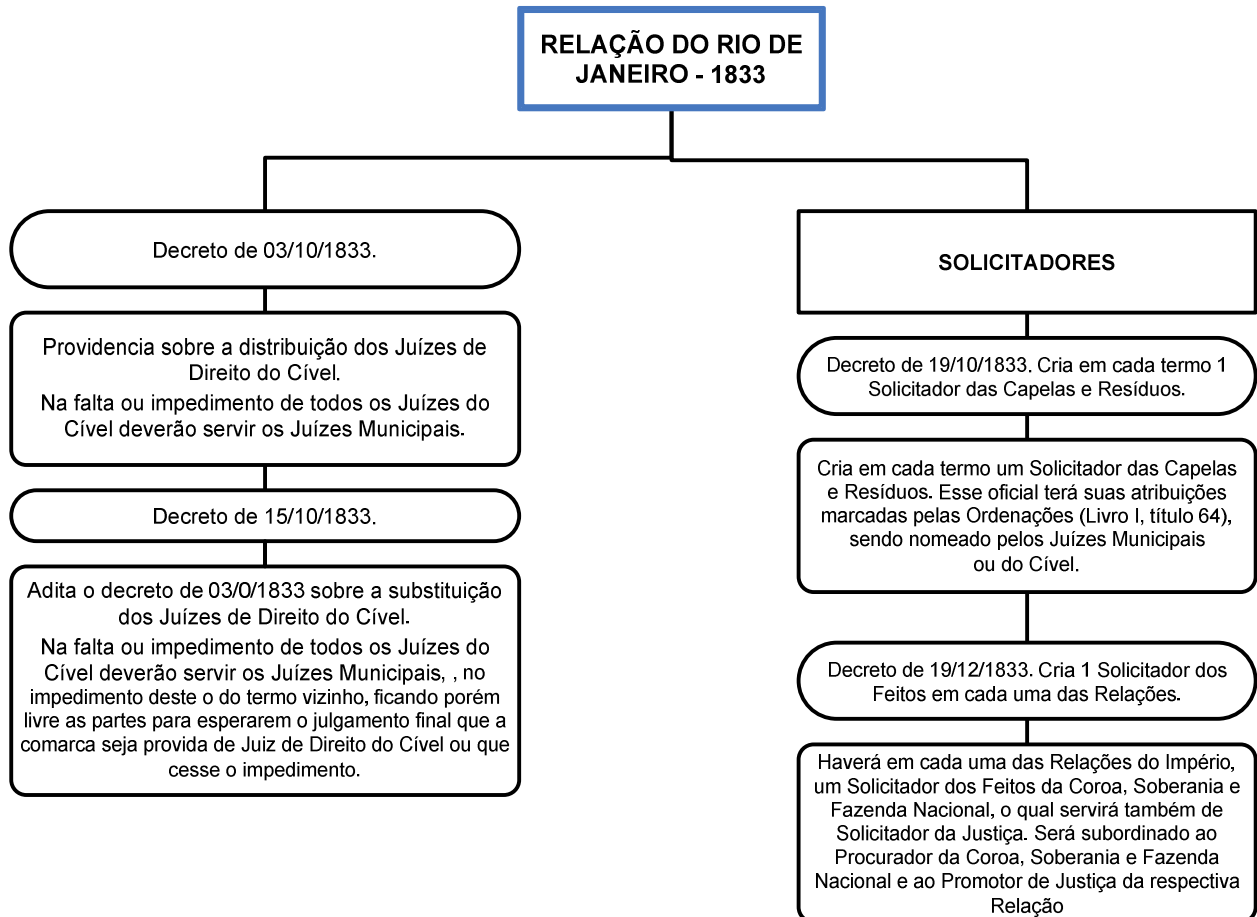
Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)


Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:
Junho/ 2012

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (RELAÇÃO DA CORTE)



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

4. MINI-TEXTOS

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO


O decreto de 03 de janeiro de 1833 retirou da Casa da Suplicação do Brasil a condição de Superior Tribunal de Justiça e este retornou a sua condição de Relação provincial com a denominação anterior de Relação do Rio de Janeiro, também conhecido como Relação da Corte.

JUÍZES DO CÍVEL

Durante o período de existência da Casa da Suplicação do Brasil, existiam dois juízes de direito com competência cível. Em 1833, o Decreto de 20 de junho cria mais um Juiz do Cível na Corte. Passando, portanto a existir três varas cíveis. O Decreto-lei nº 07, de 02 de setembro de 1839 cria no município da Corte mais um juiz de direito com competência no cível. Apenas dois anos depois, em 1841, o Decreto-lei nº 128 de 12 de fevereiro, reduz para três o número de varas cíveis. O juiz de direito da 4ª vara cível passaria para a 1ª vara assim como os escrivães que nela atuavam.


JUIZ PRIVATIVO DOS FEITOS DA FAZENDA

Em 1841, o Decreto-lei nº 242, de 29 de novembro cria o juízo privativo dos feitos da fazenda da 1ª instância, responsável por julgar todas as causas cíveis da fazenda nacional. Os juízes seriam escolhidos pelo Imperador e deveriam ser bacharéis com pelo menos três anos de prática na magistratura. Esse juízo só foi instituído na Corte, nos tribunais da Bahia e de Pernambuco. Cada juízo dos feitos da fazenda deveria ter: um escrivão; um procurador, um ou mais solicitadores e dois oficiais de justiça. A Decisão nº 06 de 12 de janeiro de 1842 estabeleceu as competências desse juízo que era responsável por conhecer e julgar definitivamente em 1ª instância todas as causas cíveis em que a Fazenda Nacional fosse autora ou ré. Sua alçada era de cem mil réis em bens móveis ou de raiz.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

JUÍZES MUNICIPAIS

O Decreto-lei nº 131, de 23 de fevereiro de 1842 cria no Rio de Janeiro três juízes municipais, com a designação de 1ª, 2ª e 3ª vara, com o vencimento anual de quatrocentos mil réis. Os juízes municipais poderiam substituir os juízes do cível, do crime e também o juiz de órfãos. O Decreto-lei nº 133, de 26 de fevereiro do mesmo ano estabeleceu a ordem de substituição: o juiz municipal da 1ª vara seria o substituto do juiz do crime e do juiz do cível da 1ª vara; o juiz municipal da 2ª vara seria o substituto do juiz do crime e do juiz do cível da 2ª vara e o juiz municipal da 3ª vara seria o substituto do juiz do cível da 3ª vara e o juiz de órfãos. O juiz municipal da 3ª vara era o responsável por preparar os processos para entrarem em julgamento perante o Júri e também pelas execuções criminais. O Decreto nº 562, de 02 de Julho de 1850 determinou os crimes que deveriam ser processados pelos juízes municipais e julgados pelos juízes de direito, a saber: crime de moeda falsa, resistência, tirada de presos, roubo e homicídio. O Decreto nº 707, de 09 de Outubro de 1850 regulou o modo que deveriam ser processados pelos juízes municipais os crimes tratados no Decreto nº 562, de 02 de Julho de 1850. O Decreto nº 1.908O Decreto nº 4.824, de 22 de Novembro de 1871 apresenta outras atribuições dos juízes municipais, além das subsistentes, a saber: o julgamento das infrações dos termos de segurança e bem viver, a pronúncia de crimes comuns e o preparo de todos os feitos cíveis.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

5. COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL

Visando efetuar a confirmação e a comparação das estruturas elaboradas para o fundo documental Relação do Rio de Janeiro, foi efetuada uma análise nos processos do mesmo fundo. Em cada processo foram consideradas as seguintes informações: a data (ano), a proveniência (vara ou serventia de origem) e o tipo documental (ação). Foram analisados 248 processos, entre 1833 e 1890, identificados a partir do trabalho de seleção de processos de valor histórico, informativo e probante.

5.1 QUANTIDADES DE PROCESSOS POR ANO

ANO	QUANTIDADE
1833	2
1834	5
1835	4
1837	2
1838	4
1839	6
1840	4
1841	3
1842	5
1843	10
1844	12
1845	12
1846	7
1847	3
1848	2
1849	18
1850	2
1851	3
1852	4
1853	3
1856	2
1857	5
1859	1



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**


Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:
Junho/ 2012

1860	3
1861	14
1862	4
1863	7
1864	4
1865	2
1866	2
1869	3
1870	16
1872	1
1873	10
1874	11
1875	2
1876	3
1877	1
1878	2
1880	4
1881	7
1882	3
1883	5
1884	1
1885	5
1886	4
1887	6
1888	5
1889	2
1890	2
TOTAL DE PROCESSOS: 248	

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

5.2 PROVENIÊNCIA


PROVENIÊNCIA	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Juízo Municipal de Angra dos Reis	4
Juízo de Órfãos de Angra dos Reis	2
Juízo Municipal e de Órfãos de Angra dos Reis	1
Juízo de Órfãos de Araruama	1
Juízo Municipal de Araruama	1
Juízo de Direito de Cabo Frio	1
Juízo de Órfãos de Cabo Frio	1
Juízo Municipal de Campos dos Goytacazes	5
Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	45
Juízo de Órfãos e Ausentes de Campos dos Goytacazes	2
Juízo Municipal de Cantagalo	1
Juízo de Órfãos de Cantagalo	5
Juízo Municipal e de Órfãos de Cantagalo	1
Juízo Municipal de Capivary	26
Juízo de Órfãos de Capivary	4
Juízo Comercial de Capivary	2
Juízo Municipal Criminal de Capivary	1
Juízo da Provedoria de Capivary	1
Juízo de Órfãos do Carmo	7
Juízo Municipal de Itaguaí	8
Juízo de Paz do 1º Distrito da Vila de Itaguaí	1
Juízo Municipal de Magé	2
Juízo Municipal de Niterói	6
Juízo de Órfãos de Niterói	5
Juízo Municipal e de Órfãos de Niterói	1
2ª Vara Cível de Niterói	2
Juízo Municipal de Nova Friburgo	2
Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	33
Juízo Municipal e de Órfãos de Nova Friburgo	3
Juízo de Órfãos de Paraíba do Sul	1
Juízo Municipal de Petrópolis	13
Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	8



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012
---	--	---	--------------------------------

Juízo de Direito de Petrópolis	2
Juízo de Órfãos de Rio Bonito	2
Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro	3
Juízo de Órfãos da 1ª Vara do Rio de Janeiro	1
2ª Vara Cível do Rio de Janeiro	1
Provedoria dos Resíduos do Rio de Janeiro	1
Juízo de Paz da cabeça do Termo da Corte (Curato de Santa Cruz)	1
Juízo de Órfãos de Santa Maria Madalena	2
Juízo de Órfãos de Santo Antônio de Pádua	4
Juízo Criminal de São Fidélis	2
Juízo Municipal de São Fidélis	6
Juízo de Órfãos de São Fidélis	1
Juízo Municipal do Crime de São João da Barra	1
Juízo Municipal de Saquarema	1
Juízo Municipal de Vila da Estrela	13
Juízo de Órfãos de Vila do Iguassu	8
Juízo Municipal da Vila de São João do Príncipe	2
Delegacia de Polícia da Vila de São João do Príncipe	1

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA		
	RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012

5.3 TIPO DOCUMENTAL

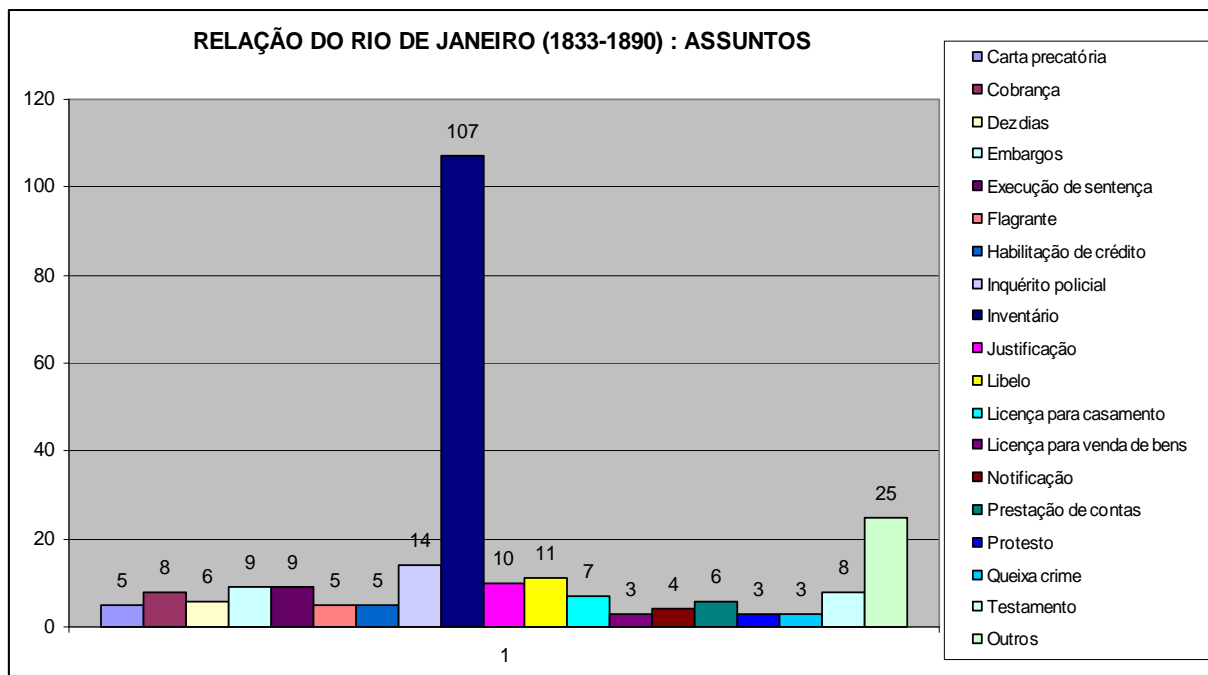
TIPO DOCUMENTAL	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Arrecadação	1
Carta precatória	5
Cobrança	8
Confissão de dívida	1
Denúncia	1
Depósito	1
Despejo	1
Dez dias	6
Emancipação	2
Embargos	9
Exame de sanidade	1
Execução de sentença	9
Execução de título judicial	1
Flagrante	5
Habeas corpus	1
Habilitação de casamento	1
Habilitação de crédito	5
Imissão de posse	1
Indenizatória	2
Injúrias verbais	2
Inquérito policial	14
Inventário	107
Justificação	10
Libelo	11
Licença para casamento	7
Licença para venda de bens	3
Manutenção de posse	2
Medição	1
Nomeação de tutor	1
Notificação	4
Penhora	2
Prestação de contas	6
Protesto	3
Queixa crime	3




RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012
---	--	--	--------------------------------

Requerimento	1
Soldada	1
Súplica	1
Testamento	8
TOTAL DE PROCESSOS: 248	



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA		
	RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012

5.4 PROCESSOS CONSULTADOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
1881	Juízo Municipal de Capivary	Arrolamento	---
1870	Juízo Municipal de Capivary	Libello	Juiz municipal substituto
1881	Juízo Municipal de Capivary	Inquérito Policial	---
1870	Juízo Municipal de Capivary	Inquérito Policial	Juiz municipal do crime
1870	Juízo Municipal de Capivary	Embargo	---
1870	Juízo Municipal de Capivary	Libello	Juiz municipal substituto
1870	Juízo Municipal de Capivary	Arrematação	---
1870	Juízo de Órfãos de Capivary	Licença para venda de bens	---
1870	Juízo Comercial de Capivary	Execução de sentença	---
1870	Juízo Comercial de Capivary	Execução de sentença	---
1881	Juízo Municipal Crime de Capivary	Inquérito Policial	Juiz municipal do crime substituto
1870	Juízo da Provedoria de Capivary	Contas testamentárias	---
1870	Juízo Municipal de Capivary	Libello	---
1881	Juízo Municipal de Capivary	Inquérito Policial	---
1881	Juízo Municipal de Capivary	Inventário	---
CAIXA: 594648-7/ RECALL		TOTAL: 15 PROCESSOS	
ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
1844	Juízo Municipal e de Órfãos de Angra dos Reis	Inventário	*substituto
1844	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1845	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

1837	Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro	Inventário	*interino
1845	Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro	Inventário	---
1844	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1843	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1845	Juízo Municipal da Vila de São João do Príncipe	Embargo	---
1842	Juízo Municipal da Vila de São João do Príncipe	Embargo	---
1846	Delegacia de Polícia da Vila de São João do Príncipe	Inquérito Policial	---
1844	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Cobrança	---
1844	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1843	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1845	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1845	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Carta Precatória	---

CAIXA: 30 (SEGAP)

TOTAL: 15 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
1843	Juízo Municipal de Niterói	Libello	---
1843	Juízo de Órfãos de Vila do Iguassu	Inventário	---
1842	Juízo de Órfãos de Vila do Iguassu	Inventário	---
1846	Juízo de Órfãos de Vila do Iguassu	Inventário	---
1844	Juízo Municipal e de Órfãos de Niterói	Dez dias	---
1843	Juízo Municipal de Vila do Iguassu	Testamento	---
1839	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1844	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1844	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012
---	--	---	--------------------------------

1843	Juízo de Órfãos de Vila do Iguassu	Inventário	---
1844	Juízo Municipal de Niterói	Execução de sentença	---
1844	Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro	Inventário	---

CAIXA: 32 (SEGAP)

TOTAL: 12 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1849	Juízo Municipal de Capivary	Cobrança	---
1849	Juízo Municipal de Capivary	Cobrança	---
1849	Juízo Municipal de Capivary	Dez dias	---
1849	Juízo Municipal de Capivary	Notificação	---
1849	Juízo Municipal de Capivary	Libello	---
1849	Juízo Municipal de Capivary	Depósito	* Juiz Municipal pela lei
1849	Juízo de Direito de Cabo Frio	Indenizatória	---
1849	Juízo Municipal de Capivary	Execução de sentença	---

CAIXA: 35 (SEGAP)

TOTAL: 8 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1838	Juízo Municipal de Angra dos Reis	Inventário	---
1837	Juízo Municipal de Angra dos Reis	Inventário	---
1839	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1834	Juízo de Órfãos de Vila do Iguassu	Inventário	---
1834	Juízo Municipal de Angra dos Reis	Inventário	---
1840	Juízo Municipal de Angra dos Reis	Inventário	---
1839	Juízo Municipal de Niterói	Dez dias	---
1834	Juízo de Órfãos de Paraíba do Sul	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

1841	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1847	Juízo Municipal de Niterói	Inventário	---
1838	Juízo de Órfãos de Angra dos Reis	Testamento	---
1838	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
CAIXA: 39 (SEGAP)		TOTAL: 12 PROCESSOS	
ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1833	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1844	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1846	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Libello	---
1835	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1835	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1845	Juízo Municipal de Saquarema	Inventário	---
1848	Juízo de Órfãos de Cabo Frio	Justificação	*substituto
1842	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1843	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1842	Juízo de Órfãos de Cantagalo	Inventário	---
1839	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1845	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1840	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1838	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1845	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

CAIXA: 43 (SEGAP)

TOTAL: 15 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1843	Juízo de Órfãos de Cantagalo	Licença para casamento	---
1845	Juízo Municipal de Cantagalo	Embargo	---
1847	Juízo Municipal e de Órfãos de Cantagalo	Justificação	---
1847	2ª Vara Cível do Rio de Janeiro	Sentença cível (medição)	---
1840	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Prestação de contas	---
1849	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Justificação	---
1841	Provedoria da Capela e Resíduos de Nova Friburgo	Prestação de contas	---
1846	Juízo Municipal de Nova Friburgo	Confissão de dívida	---
1841	Juízo de Órfãos de Niterói	Carta Precatória	---
1846	Juízo Municipal e de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1846	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1849	Juízo Municipal e de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1834	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1839	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1846	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1845	Juízo Municipal e de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---

CAIXA: 44 (SEGAP)

TOTAL: 16 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1849	Juízo Municipal de Vila da Estrela	Libello	---
1849	Juízo Municipal de Vila da Estrela	Libello	---
1849	Juízo Municipal de Vila da Estrela	Carta Precatória	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

1849	Juízo Municipal de Vila da Estrela	Inventário	*substituto
1849	Juízo Municipal de Vila da Estrela	Indenizatória	---
1849	Juízo Municipal de Vila da Estrela	Inventário	---
1849	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1840	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1849	Juízo Municipal do Crime de São João da Barra	Inquérito Policial	---

CAIXA: 46 (SEGAP)

TOTAL: 9 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1835	Juízo de Paz do 1º Distrito da Vila de Itaguaí	Inquérito Policial	---
1834	Juízo de Paz da cabeça do Termo da Corte (Curato de Santa Cruz)	Sumário Crime	---
1845	Juízo Municipal de Itaguaí	Cobrança	---
1839	Provedoria dos Resíduos do Rio de Janeiro	Inventário	---
1835	Juízo Municipal de Itaguaí	Penhora Executiva	---
1844	Juízo Municipal de Itaguaí	Inventário	---
1848	Juízo Municipal de Itaguaí	Testamento	---
1833	Juízo Municipal de Itaguaí	Testamento	---
1843	Juízo Municipal de Itaguaí	Testamento	---
1845	Juízo Municipal de Itaguaí	Testamento	---
1842	Juízo Municipal de Itaguaí	Testamento	---

CAIXA: 49 (SEGAP)

TOTAL: 11 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1869	Juízo Municipal de Capivary	Embargo	*substituto em exercício



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

CAIXA: 0476544/ 3.G4.S2.92

TOTAL: 1 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1843	Juízo Municipal de Capivary	Soldada	---
1869	Juízo de Órfãos de Capivary	Emancipação	---
1882	Juízo de Órfãos de Capivary	Inventário	---
1882	Juízo Municipal de Capivary	Dez dias	---
1861	Juízo de Órfãos de Capivary	Exame de sanidade	---
1861	Juízo Municipal de Capivary	Libello	---

CAIXA: 6715862/ 3.G4.S2.96

TOTAL: 6 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1883	Juízo Municipal de Capivary	Manutenção de posse	---
1883	Juízo Municipal de Capivary	Execução de sentença	---
1882	Juízo Municipal de Capivary	Justificação	---

CAIXA: 3352020/ 3.G4.S2.72

TOTAL: 3 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1869	Juízo Municipal de Capivary	Libello	---
1885	Juízo de Órfãos de Capivary	Inventário	---
1880	Juízo Municipal de Capivary	Protesto	---

CAIXA: 6715831/ 3.G4.S2.70

TOTAL: 3 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Libello	---
1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Justificação	---
1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Notificação	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Penhora	---
1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Protesto	---
1872	Juízo Municipal de Petrópolis	Denúncia	---
1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Possessória	---
1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Embargo	---
1863	Juízo Municipal de Petrópolis	Execução	---

CAIXA: 15064347

TOTAL: 9 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1886	Juízo Municipal de Petrópolis	Inquérito Policial	---
1886	Juízo Municipal de Petrópolis	Dez dias	---
1884	Juízo de Direito de Petrópolis	Habeas Corpus	---

CAIXA: 15043393

TOTAL: 3 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1874	Juízo de Direito de Petrópolis	Sentença Crime	---
1874	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Injúrias verbais	---
1873	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Execução	*substituto
1874	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Corpo de delito	---
1874	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Inquérito Policial	---
1874	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Requerimento	---
1874	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Queixa crime	---
1873	Juízo Municipal de Petrópolis	Sumário crime	---
1874	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Sumário crime	---
1874	Juízo Municipal Criminal de Petrópolis	Injúrias verbais	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

CAIXA: 15064554

TOTAL: 10 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1874	Juízo Municipal de Petrópolis	Despejo	---

CAIXA: 15064591

TOTAL: 1 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1874	Juízo de Órfãos da 1ª Vara do Rio de Janeiro	Inventário	---

CAIXA: 2818980

TOTAL: 1 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1862	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1862	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---

CAIXA: 043711-6

TOTAL: 4 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1857	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1870	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1883	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1885	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	1º cartório

CAIXA: 042342-7

TOTAL: 4 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1870	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

CAIXA: 9089202

TOTAL: 2 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1885	Juízo de Órfãos de Araruama	Inventário	---
1880	Juízo Municipal de Araruama	Inventário	---
1857	Juízo de Órfãos de Araruama	Inventário	---

CAIXA: 8304555

TOTAL: 3 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1888	Juízo Criminal de São Fidélis	Sumário de culpa (ofensas físicas)	---
1857	Juízo Municipal de São Fidélis	Sumário de culpa	---

CAIXA: 5543617

TOTAL: 2 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1864	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1864	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1885	Juízo Municipal de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---

CAIXA: 0427494

TOTAL: 5 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1863	Juízo Municipal de São Fidélis	Sumário de culpa	---
1863	Juízo Municipal de São Fidélis	Execução de sentença	---
1863	Juízo Municipal Criminal de São Fidélis	Sumário crime	---
1863	Juízo Municipal de São Fidélis	Sumário de culpa (Flagrante)	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

1863	Juízo Municipal de São Fidélis	Sumário de culpa (Flagrante)	---
1863	Juízo Municipal de São Fidélis	Sumário de culpa (Flagrante)	---

CAIXA: 5543691

TOTAL: 6 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1857	Juízo Municipal de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1873	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1860	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1860	Juízo Municipal de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Justificação	---
1862	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo Municipal de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo Municipal de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1861	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1856	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---

CAIXA: 0431138

TOTAL: 13 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1865	Juízo de Órfãos de Santa Maria Madalena	Inventário	---
1864	Juízo de Órfãos de Santa Maria Madalena	Inventário	---
1886	Juízo de Órfãos de Iguassu	Prestação de contas	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

1866	Juízo de Órfãos de Iguassu	Inventário	---
1853	Juízo de Órfãos de Iguassu	Arrecadação	---
1888	Juízo de Órfãos de Santo Antônio de Pádua	Licença para casamento	---
1885	Juízo de Órfãos de Santo Antônio de Pádua	Licença para casamento	---
1883	Juízo de Órfãos de Santo Antônio de Pádua	Imissão de posse	---
1850	Juízo de Órfãos e Ausentes de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1857	Juízo de Órfãos e Ausentes de Campos dos Goytacazes	Notificação e interpelação judicial	---
1890	Juízo de Órfãos de Santo Antônio de Pádua	Licença para casamento	---

CAIXA: 14110570 (SEGAP)

TOTAL: 11 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1888	Juízo de Órfãos do Carmo	Habilitação para casamento	---
1889	Juízo de Órfãos do Carmo	Justificação	---
1887	Juízo de Órfãos do Carmo	Partilha	---
1887	Juízo de Órfãos do Carmo	Partilha	---
1887	Juízo de Órfãos do Carmo	Habilitação de crédito	---
1887	Juízo de Órfãos do Carmo	Inventário	---
1887	Juízo de Órfãos do Carmo	Habilitação de crédito	---
1881	Juízo de Órfãos de Cantagalo	Súplica	---
1889	Juízo de Órfãos de Cantagalo	Prestação de contas	---
1886	Juízo de Órfãos de Cantagalo	Justificação	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

CAIXA: 5027780 (SEGAP)

TOTAL: 10 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1860	Juízo de Órfãos de Niterói	Inventário	---
1878	2ª Vara Cível de Niterói	Cobrança	---
1875	2ª Vara Cível de Niterói	Cobrança	---
1853	Juízo Municipal de Niterói	Inventário	---
1862	Juízo de Órfãos de Niterói	Inventário	---
1851	Juízo de Órfãos de Niterói	Inventário	---
1864	Juízo Municipal de Niterói	Inventário	---
1866	Juízo de Órfãos de Niterói	Inventário	---

CAIXA: 2523607 (SEGAP)

TOTAL: 8 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1876	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Habilitação de crédito	---
1876	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Habilitação de crédito	---
1870	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Habilitação de crédito	---
1876	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Licença para casamento	---
1874	Juízo de Órfãos de São Fidélis	Carta precatória	---
1865	Juízo Municipal de Nova Friburgo	Dez dias	---
1878	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Prestação de contas	---
1850	Juízo de Órfãos de Rio Bonito	Vende de bens de menores	---
1851	Juízo de Órfãos de Angra dos Reis	Inventário	---
1851	Juízo de Órfãos de Rio Bonito	Protesto Judicial	---
1881	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Justificação	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012
---	--	---	--------------------------------

1875	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1877	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Licença para casamento	---
1870	Juízo de Órfãos de Campos dos Goytacazes	Inventário	---
1883	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Licença para casamento	---
1870	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Inventário	---
1870	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Justificação	---
1870	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Notificação e interpelação judicial	---
1890	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Nomeação e destituição de tutores	---
1888	Juízo de Órfãos de Nova Friburgo	Emancipação	---

CAIXA: 14113028

TOTAL: 20 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1852	Juízo Municipal de Estrela	Execução de título judicial	---
1856	Juízo Municipal de Estrela	Embargo	---
1853	Juízo Municipal de Estrela	Cobrança	---
1880	Juízo Municipal de Estrela	Inventário	---
1887	Juízo Municipal de Estrela	Inventário	---
1859	Juízo Municipal de Magé	Prestação de contas	---
1852	Juízo Municipal de Magé	Embargo	---
1852	Juízo Municipal de Estrela	Cobrança	---
1880	Juízo Municipal de Estrela	Inventário	---
1852	Juízo Municipal de Estrela	Embargo	---

CAIXA: 16832383

TOTAL: 10 PROCESSOS

TOTAL: 248 PROCESSOS



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)


Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:


Junho/ 2012

ANEXOS

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

ANEXO I – LEGISLAÇÃO SOBRE AS FREGUESIAS

FREGUESIAS		
ANO	DECRETO	EMENTA
1834	Decreto nº 11, de 09/08/1834.	Eleva a categoria de freguesia a capela curada de São João da Boa Morte, Província do Rio de Janeiro.
	Decreto nº 12, de 09/08/1834.	Cria a freguesia de Nossa Senhora da Glória na cidade do Rio de Janeiro.
	Lei nº 16, de 12/08/1834.	Atribui as Assembléias Legislativas a competência de legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província.
1836	Decisão nº 455, de 13/08/1836.	A Câmara Municipal aprova a divisão dos distritos entre as freguesias de São José e da Glória.
1854	Decreto nº 798, de 16/09/1854.	Cria uma nova freguesia nesta Cidade tirada das de Santana, Sacramento e São José, dando-lhe o Governo nome, e marcando-lhe território, ouvido o Bispo diocesano.
	Decreto nº 1.486, de 13/12/1854.	Dá nome a nova Freguesia criada nesta Corte pelo Decreto nº 798, de 16/09/1854 e marca-lhe território.
1856	Decreto nº 865, de 09/08/1856.	Cria mais uma freguesia no Município da Corte, com a denominação de São Cristóvão.
	Decreto nº 1.853, de 17/12/1856.	Marca o território que deve pertencer á nova Freguesia de S. Cristóvão, criada no Município da Corte.
1865	Decreto nº 1.255, de 08/07/1865.	Cria uma Freguesia com a invocação do Divino Espírito Santo no lugar denominado Mataporcos.
1873	Decreto nº 2.297, de 18/06/1873.	Cria no Município da Corte mais uma freguesia, tirada da S. João Baptista da Lagoa.
	Decreto nº 2.335, de 02/08/1873.	Cria no Município da Corte uma nova Paróquia que se denominará de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo.
	Decreto nº 5.494, de 10/12/1873.	Marca o território e limites da nova freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo, criada nesta Corte.
1874	Decreto nº 5.809, de 03/12/1874.	Marca o território e os limites de uma nova freguesia, criada nesta Corte, e lhe dá denominação.
1877	Decreto nº 6.523, de 13/03/1877.	Resolve dúvidas sobre a inteligência do Decreto N° 5.449 de 10 de Dezembro de 1873, que marcou os limites da nova paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA		
	RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012	Emissão: Junho/ 2012

ANEXO II – LEGISLAÇÃO SOBRE AS SUBSTITUIÇÕES DOS JUÍZES DE DIREITO

SUBSTITUIÇÕES		
ANO	DECRETO	EMENTA
1857	Decreto nº 1.909, de 28/03/1857.	Regula a substituição dos Juizes de Direito da Capital do Império.
1871	Decreto nº 4.857, de 30/12/1871.	Designa a ordem, em que os Juizes de Direito efetivos da Corte devem substituir-se no ano de 1872.
	Decreto nº 4.858, de 30/12/1871.	Designa a ordem, em que os Juizes de Direito efetivos da Corte substituir-se no ano de 1872.
	Decreto nº 4.859, de 30/12/1871.	Eleva o número dos Juizes substitutos da Corte e designa os Juizes perante quem devem servir os Tabeliães de notas e os Escrivães do Cível e do Crime.
	Decreto nº 4.860, de 30/12/1871.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte cooperam com os Juizes de Direito, e substituem-se reciprocamente.
1872	Decreto nº 5.156, de 28/11/1872.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte no ano de 1873.
1873	Decreto nº 5.482, de 26/11/1873.	Manda subsistir no ano de 1874 a designação feita no Decreto nº 5.156 de 28 de Novembro de 1872 quanto a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito na Corte.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

	Decreto nº 5.483, de 26/11/1873.	Manda subsistir no ano de 1874 a designação feita no Decreto nº 4860 de 30 de Dezembro de 1871 quanto á ordem em que os Juizes Substitutos da Corte devem cooperar com os Juizes de Direito e subsistir-se reciprocamente.
1874	Decreto nº 5.801, de 25/11/1874.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte no ano de 1875.
	Decreto nº 5.802, de 25/11/1874.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no ano de 1875.
1876	Decreto nº 6.374, de 15/11/1876.	Manda subsistir no ano de 1877 a designação feita no Decreto nº 6.038 de 27 de novembro de 1875 quanto á ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte.
	Decreto nº 6.375, de 15/11/1876.	Designa a ordem em que os Juizes Substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no ano de 1877.
1877	Decreto nº 6.735, de 17/11/1877.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte, no ano de 1878.
	Decreto nº 6.736, de 17/11/1877.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no ano de 1878.
	Decreto nº 6.737, de 17/11/1877.	Extingue um lugar de Juiz substituto da Corte e Providencia sobra a extinção de mais três lugares de Juizes substitutos também na Corte.
1878	Decreto nº 7.097, de 30/11/1878.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte no ano de 1879.
	Decreto nº 7.098, de 30/11/1878.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito, e substituir-se reciprocamente no ano de 1879.
1879	Decreto nº 7.557, de 29/11/1879.	Manda substituir no ano de 1880 a designação feita no Decreto nº 7.097 de 30 de Novembro de 1878 quanto á ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte.
	Decreto nº 7.558, de 29/11/1879.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito, e substituir-se reciprocamente no ano de 1880.
1880	Decreto nº 7.924, de 30/11/1880.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deveram cooperar com os Juizes de Direito, e substituir-se reciprocamente no ano de 1881.



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

	Decreto nº 7.925, de 30/11/1880.	Designa a ordem da substituição dos Juizes de Direito da Corte no ano de 1881.
1881	Decreto nº 8.327, de 26/11/1881.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte no ano de 1882.
	Decreto nº 8.328, de 26/11/1881.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no ano de 1882.
1882	Decreto nº 8.739, de 18/11/1882.	Designa a ordem de substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte, no ano de 1883.
	Decreto nº 8.740, de 18/11/1882.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no ano de 1883.
1883	Decreto nº 9.071, de 30/11/1883.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte no ano de 1884.
	Decreto nº 9.072, de 30/11/1883.	Manda substituir no ano de 1884 a designação feita no Decreto nº 8740 de 18 de Novembro de 1882 quanto á ordem em que os Juizes substitutos da Corte devem cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente.
1884	Decreto nº 9.329, de 25/11/1884.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte, no ano de 1885.
	Decreto nº 9.330, de 25/11/1884.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente, no ano de 1885.
1885	Decreto nº 9.523, de 28/11/1885.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte no ano de 1886.
	Decreto nº 9.524, de 28/11/1885.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no ano de 1886.
1886	Decreto nº 9.683, de 30/11/1886.	Manda subsistir no ano de 1887 a designação feita no Decreto nº 9.524 de 28 de Novembro de 1885 quanto á ordem em que os Juizes substitutos da Corte devem cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente.
	Decreto nº 9.684, de 30/11/1886.	Manda subsistir no ano de 1887 a designação feita no Decreto nº 9.523 de 28 de Novembro de 1885, quanto á ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte.



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)


Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

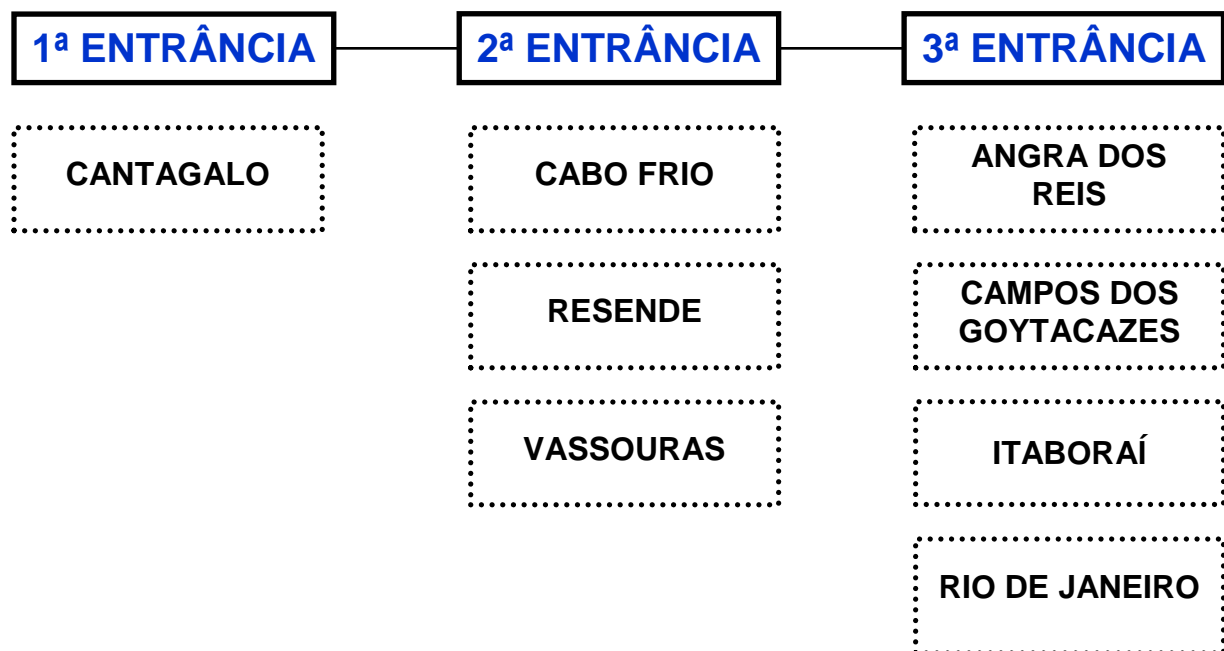
1887	Decreto nº 9.809, de 26/11/1887.	Manda subsistir no ano de 1888 a designação feita no Decreto nº 9.523 de 28 de Novembro de 1885, quanto á ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte.
	Decreto nº 9.810, de 26/11/1887.	Manda subsistir no ano de 1888 a designação feita no Decreto nº 9.524 de 28 de Novembro de 1885, quanto á ordem em que os Juizes substitutos da Corte devem cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente.
1888	Decreto nº 10.091, de 24/11/1888.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Corte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no ano de 1889.
	Decreto nº 10.092, de 24/11/1888.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito da Corte, no ano de 1889.
1889	Decreto nº 26, de 30/11/1889.	Designa a ordem em que os Juizes substitutos desta capital deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente ao ano de 1890.
	Decreto nº 27, de 30/11/1889.	Designa a ordem da substituição recíproca dos Juizes de Direito desta capital no ano de 1889.


	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

ANEXO III – CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS

DECRETO Nº 687, DE 26/07/1850.

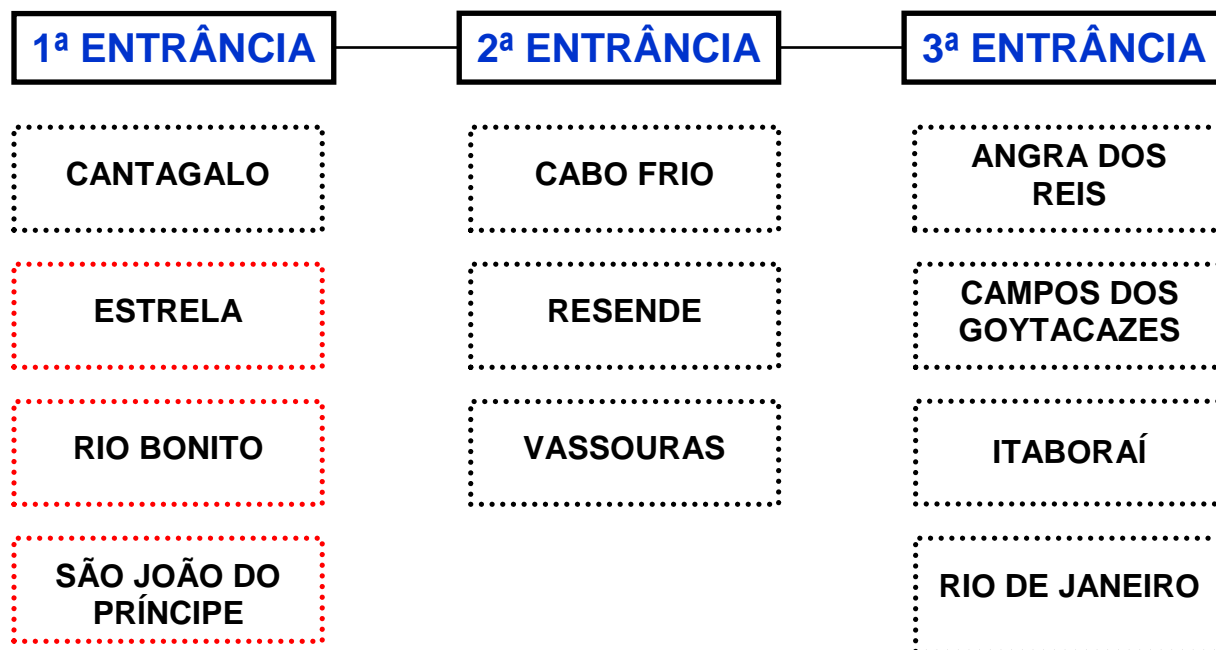
Estabelece regras sobre as nomeações, remoções, e vencimentos dos Juizes de Direito.




	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

DECRETO Nº 1.469, DE 04/11/1854.

Declara de primeira Entrância as Comarcas do Rio Bonito, da Estrela e de São João do Príncipe, criadas na Província do Rio de Janeiro.



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

ANEXO IV – DELEGACIAS DE POLÍCIA

DECRETO-LEI Nº 136, DE 28/02/1842.

Criando dois Delegados ao Chefe da Polícia no Município da Corte, e marcando-lhes Distrito.

1ª DELEGACIA	FREGUESIAS: LAGOA, JACAREPAGUÁ, INHAÚMA, IRAJÁ, CAMPO GRANDE, GUARATIBA, SANTA CRUZ, ILHA DO GOVERNADOR E PAQUETÁ.
2ª DELEGACIA	FREGUESIAS: SACRAMENTO, SÃO JOSÉ, SANTANA, SANTA RITA, CANDELÁRIA, GLÓRIA E ENGENHO VELHO.



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1833-1890)**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

DECRETO Nº 1.874, DE 31/01/1857.

Estabelece que no Município da Corte haja três Delegados de Polícia, e marca-lhe os Distritos.

1ª DELEGACIA


FREGUESIAS: SANTA RITA, CANDELÁRIA, SACRAMENTO,
ILHA DO GOVERNADOR E ILHA DE PAQUETÁ

2ª DELEGACIA

FREGUESIAS: SÃO JOSÉ, SANTO ANTÔNIO, GLÓRIA,
LAGOA E JACAREPAGUÁ.

3ª DELEGACIA

FREGUESIAS: SANTANA, ENGENHO VELHO, SÃO
CRISTÓVÃO, INHAÚMA, IRAJÁ, CAMPO GRANDE,
GUARATIBA E O CURATO DE SANTA CRUZ.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

ANEXO V – DISTRITOS ESPECIAIS CRIMINAIS

DECRETO Nº 4.845, DE 18/12/1871.

Divide o Município da Corte em distritos especiais e designa os Juízes que neles devem exercer jurisdição criminal, de conformidade com o disposto no art. 2º do Decreto Nº 4.824 de 22/11/1871.

1º DISTRITO	CAMPO GRANDE	SANTA CRUZ	
2º DISTRITO	GUARATIBA	JACAREPAGUÁ	
3º DISTRITO	IRAJÁ	INHAÚMA	ILHA DO GOV.
4º DISTRITO	SANTA RITA	PAQUETÁ	
5º DISTRITO	SANTANA	ESPIRITO SANTO	
6º DISTRITO	SANTO ANTÔNIO		
7º DISTRITO	SACRAMENTO		
8º DISTRITO	CANDELÁRIA		
9º DISTRITO	GLÓRIA	LAGOA	
10º DISTRITO	SÃO JOSÉ		
11º DISTRITO	SÃO CRISTÓVÃO	ENGENHO VELHO	



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:
Junho/ 2012

1º DISTRITO	1ª VARA DE ÓRFÃOS
2º DISTRITO	2ª VARA DE ÓRFÃOS
3º DISTRITO	PROVEDOR DE CAPELAS E RESÍDUOS
4º DISTRITO	AUDITOR GERAL DA MARINHA
5º DISTRITO	AUDITOR GERAL DA GUERRA
6º DISTRITO	JUIZ DOS FEITOS DA FAZ. NACIONAL
7º DISTRITO	1ª VARA COMERCIAL
8º DISTRITO	2ª VARA COMERCIAL
9º DISTRITO	1ª VARA CÍVEL
10º DISTRITO	2ª VARA CÍVEL
11º DISTRITO	3ª VARA CÍVEL



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012

Emissão:

Junho/ 2012

DECRETO Nº 5.664, DE 17/06/1874.

Declara que o um décimo distrito especial do Município da Corte compreende, além das freguesias de S. Cristóvão e do Engenho Velho, a de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo.

1º DISTRITO	CAMPO GRANDE	SANTA CRUZ	
2º DISTRITO	GUARATIBA	JACAREPAGUÁ	
3º DISTRITO	IRAJÁ	INHAÚMA	ILHA DO GOV.
4º DISTRITO	SANTA RITA	PAQUETÁ	
5º DISTRITO	SANTANA	ESPÍRITO SANTO	
6º DISTRITO	SANTO ANTÔNIO		
7º DISTRITO	SACRAMENTO		
8º DISTRITO	CANDELÁRIA		
9º DISTRITO	GLÓRIA	LAGOA	
10º DISTRITO	SÃO JOSÉ		
11º DISTRITO	SÃO CRISTÓVÃO	ENGENHO VELHO	ENGENHO NOVO



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

05/09/2011 a
29/05/2012


Emissão:

Junho/ 2012

DECRETO Nº 5.970, DE 21/07/1875.

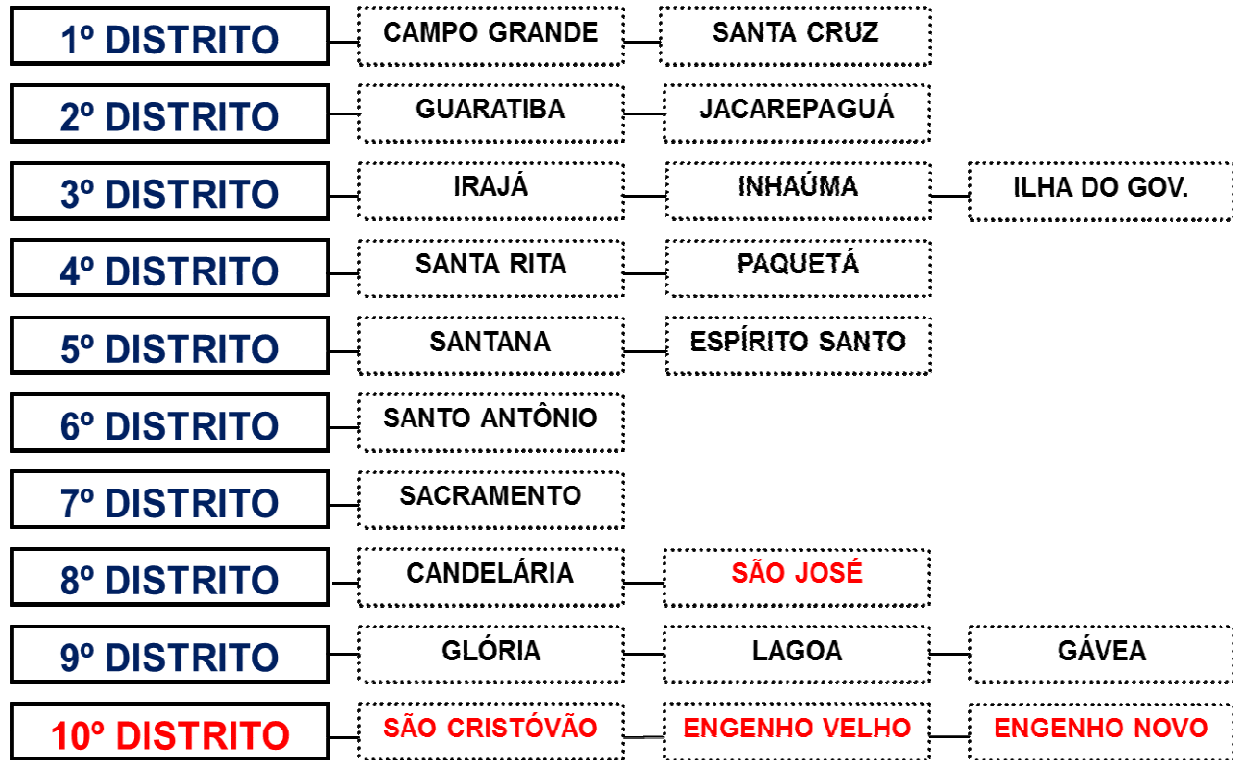
Declara que o 9º distrito especial do Município da Corte compreende, além das freguesias da Glória e de São João Baptista da Lagoa, a de Nossa Senhora da Conceição da Gávea.

1º DISTRITO	CAMPO GRANDE	SANTA CRUZ	
2º DISTRITO	GUARATIBA	JACAREPAGUÁ	
3º DISTRITO	IRAJÁ	INHAÚMA	ILHA DO GOV.
4º DISTRITO	SANTA RITA	PAQUETÁ	
5º DISTRITO	SANTANA	ESPÍRITO SANTO	
6º DISTRITO	SANTO ANTÔNIO		
7º DISTRITO	SACRAMENTO		
8º DISTRITO	CANDELÁRIA		
9º DISTRITO	GLÓRIA	LAGOA	GÁVEA
10º DISTRITO	SÃO JOSÉ		
11º DISTRITO	SÃO CRISTÓVÃO	ENGENHO VELHO	ENGENHO NOVO

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 05/09/2011 a 29/05/2012

DECRETO Nº 7.796, DE 21/08/1880.¹

Altera o Decreto nº 4.845 de 18 de Dezembro e dá outras Providências.



¹ O 8º districto especial da Corte, sob a jurisdição criminal do Juiz de Direito da 2ª vara comercial, compreenderá as freguesias da Candelaria e de São José, passando o 11º districto a ter a numeração de 10º.